

A História Natural na Instrução Pública do Pará no alvorecer da Primeira República (1889-1891)

Marcelino Carmo de Lima

Resumo

O presente artigo visa analisar as mudanças ocorridas na instrução pública do Pará no início da Primeira República, proclamada em 1889, no que se refere a presença das disciplinas representadas pela História Natural e ciências afins na relação com o contexto cultural da época. Para isso, consideramos que a inserção das ciências nas escolas é um processo social, associado às formações discursivas conformadas pela cultura. Como pudemos notar, nesse momento a História Natural estava ausente no currículo da instrução pública paraense em 1890. Entretanto, a partir desse momento, passaram a fazer parte dele. Foram inseridas tanto no currículo do Liceu Paraense quanto no da Escola Normal, as duas escolas representantes do nível secundário de ensino, que era o mais elevado existente no Pará. Convém assinalar, que esse acontecimento se concretizou em uma cultura que vinha sendo acentuadamente penetrada pela História Natural: nas atividades dos naturalistas, nos discursos dos governantes e intelectuais e na consolidação de um museu de História Natural, como uma das instituições de maior destaque no contexto cultural local.

Palavras-chave: História Natural, Instrução Pública, República, Pará.

Abstract

This article aims to analyze the changes that occurred in public education in Pará at the beginning of the First Republic, proclaimed in 1889, with regard to the presence of disciplines represented by Natural History and related sciences in relation to the cultural context of the time. To this end, we consider that the inclusion of sciences in schools is a social process, associated with the discursive formations shaped by culture. As we have seen, Natural History was absent from the curriculum of public education in Pará in 1890. However, from that moment on, it became part of it. It was included in the curriculum of both the Liceu Paraense and the Escola Normal, the two schools representing the secondary level of education, which was the highest level in Pará. It is worth noting that this event took place in a culture that had been strongly permeated by Natural History: in the activities of naturalists, in the speeches of rulers and intellectuals, and in the consolidation of a Natural History museum as one of the most prominent institutions in the local cultural context.

Keywords: Natural History, Public Instruction, Republic, Pará.

INTRODUÇÃO

A presença das disciplinas do campo da História Natural no período inicial da Primeira República no Estado do Pará foi registrada em 1890. Elas foram inseridas nos currículos da Escola Normal do Pará e do Liceu Paraense, que representavam o ensino secundário – o nível de escolaridade mais elevado que havia no Estado.^{1 2}

¹ Jônatas B. Barros, Jerônimo A. Alves. "As ciências na Escola Normal do Pará: características e condições de inserção (1867-1890)", in *Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais*, org. Iran A. Mendes; Maria I. S. Stamatto (São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020).

² Maria do P. S. G. S. A. França, Darlene S. M. Santos, Mário A. S. Lopes. "A Escola Normal do Estado do Pará (1890-1912): saberes e práticas educativas", in *Escolas Normais do Brasil: espaços de transformação docente e produção de saberes profissionais*, org. Iran A. Mendes; Maria I. S. Stamatto (São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020).

A História Natural nos currículos escolares tem sido objeto de análises historiográficas nos últimos anos. Barboza e Meloni³, em artigo intitulado “**A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino**”, analisaram os inventários da antiga Escola Normal de São Paulo (atualmente Escola Caetano de Campos) do final do século XIX. Eles confrontaram os inventários com o atual acervo de objetos de História Natural da escola, com o intuito de entender as características da cultura material referente a esta matéria e contribuir com as discussões sobre a preservação do patrimônio científico educativo.

Em artigo intitulado “**Ensino da História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951)**”, Santos⁴ analisou as mudanças relativas a História Natural e Biologia no Colégio Pedro II. Nesta análise, a autora ressalta os diversos momentos em que essas matérias foram inseridas e as principais mudanças, com destaque para a inclusão da Biologia logo após o início da República como uma das ciências de destaque da filosofia positivista. Entretanto, as mudanças resultaram na permanência de conteúdos ligados as ciências biológicas, como Botânica e Zoologia, em detrimento de conteúdos de Mineralogia e Geologia.

Machado e Alves⁵, em trabalho intitulado “**A ‘atraente escola de intuição’: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)**”, tiveram como objetivo analisar o projeto de ensino da História Natural promovido pelo Museu Paraense de História Natural e Etnografia no Pará, durante o final do século XIX. Trata-se do ensino pelo método intuitivo, também conhecido por “lição de coisas”, pelo qual a aprendizagem seria realizada pelo contato direto com as coisas, no caso presente, as observadas no Parque Zoológico e Jardim Botânico de exposições do Museu.

Embora nesse período inicial da República, a História Natural nas escolas desse Estado, ainda não tenha sido alvo de pesquisas historiográficas específicas, a presença desta disciplina no currículo das escolas tem sido assinalada por alguns autores.

Em artigo intitulado “**A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)**”, Lima e Alves⁶ analisaram o processo de inserção inicial da disciplina História Natural no currículo paraense. Trata-se de uma análise centrada na Botânica – uma das ciências constituintes da

³ Renato Barboza, Ricardo Meloni, “A disciplina de História Natural no século XIX: um estudo dos objetos de ensino”. *Revista Pedagogia em Foco* 13 (2018): <https://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/416> (acessado em 26 de janeiro de 2023).

⁴ Maria C. F. Santos, “Ensino de História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951)” *Ensino & Multidisciplinaridade* 7 (2021) <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18016>. (acessado em 16 de agosto de 2023).

⁵ Diego R Machado, Jerônimo Alves, “A ‘atraente escola de intuição’: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900)”, in org. Lopes, M. M., and Heizer, A. *Colecionismos, práticas de campo e representações*. (2011, Campina Grande: EDUEPB), <https://books.scielo.org/id/rk6rq/pdf/lopes-9788578791179-18.pdf> (acessado em 16 de fevereiro de 2023).

⁶ Marcelino C. Lima, Jerônimo Alves, “A inserção da Botânica na Instrução Pública do Pará: Liceu Paraense (1851-1873)”, *Revista Cocar* 17 (2022) <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6086>. (acessado em 10 de abril de 2023).

História Natural – porque foi por ela que este campo do conhecimento foi adotado no Liceu Paraense. Posteriormente, em outro artigo, Lima e Alves⁷ objetivaram contribuir para a compreensão das condições que possibilitaram a inserção inicial da História Natural nas instituições de formação de professores no Pará, no período entre 1870 a 1890, constatando a presença desta disciplina no currículo do Curso Normal, em 1873. Esses acontecimentos estão associados a um conjunto de mudanças na cultura local, pelo qual o processo de modernização passou a avançar nas escolas cujos ensinamentos refletiam, em grande parte, a tradição aristotélica cristã. Os autores consideraram a relação dos fatos históricos e a cultura.

Por considerar os ditos sobre a dimensão cultural assinalada por Stuart Hall, úteis à presente análise sobre a adoção da História Natural nas escolas, que realizaremos no decorrer do presente texto, convém acrescentar algumas referências que este autor faz a esse respeito. Ao se referir a palavra cultura, ele adverte que se tornou o termo geral para fazer referência a qualquer abordagem em que o sentido da representação é considerado elemento central constitutivo da cultura. Hall⁸ assinala que:

Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra cultura passou a ser utilizada para se referir a tudo que seja característico sobre o modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social o que veio a ser conhecido como dimensão antropológica. Por outro lado, também passou a ser utilizada para descrever os valores compartilhados de um grupo ou de uma sociedade – o que de certo modo se assemelha a dimensão antropológica, mas com uma ênfase sociológica maior⁹.

Considerando que o processo de inserção das ciências nas escolas é um processo social, associado às representações conformadas pela cultura, para compreendê-lo, é importante destacar a relação com a cultura em que se inserem. Conforme assinala Tomaz Tadeu da Silva¹⁰: “A partir dos Estudos Culturais, podemos ver o conhecimento e o currículo como campos culturais, campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia.” Esta perspectiva aponta para uma concepção do currículo que busca enfatizar o papel da linguagem e do discurso nesse processo de construção. “Uma análise cultural não deixaria de destacar as estreitas conexões entre a natureza construída do currículo e a produção de identidades culturais e sociais”.

⁷ Marcelino C. Lima, Jerônimo Alves, “Trajetória inicial da História Natural nas instituições de formação de professores no Pará (1870-1890)”. *REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática* 11 (2023), <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/15086>. (acessado em 28 de dezembro de 2023).

⁸ Stuart Hall, “Cultura e Representação”, Trad. Daniel Miranda e William Oliveira (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016), 19.

⁹ *Ibid.*, 19.

¹⁰ Tomaz T. Silva, “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo” (1999, reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2003), 135.

O objetivo do presente artigo consiste em analisar as mudanças ocorridas no contexto escolar paraense no período inicial da República, focando na presença da disciplina História Natural e ciências afins, e sua relação com o contexto cultural. Para isso, investigaremos: quais as condições de inserção da História Natural e ciências afins no contexto da cultura local? Em quais escolas e como essas disciplinas foram inseridas? Quais disciplinas compunham o currículo?

Para responder a essas questões, primeiro iniciaremos a presente análise indagando sobre o contexto de inserção da História Natural na Primeira República, a partir de 1889 e, em seguida, abordaremos a História Natural no currículo da Escola Normal e no do Liceu Paraense quando ocorreram várias modificações na escola, que culminaram na adoção de uma matéria com essa denominação em 1891.

CONTEXTO DE INSERÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ

A seguir analisaremos como a História Natural foi representada no contexto cultural da fase inicial da República, a partir das seguintes questões: teria esse campo do conhecimento circulado nos discursos da época? Quais significados lhes foram atribuídos, nas propostas de institucionalização, sobretudo escolar? Quais os agentes sociais lhes deram suporte?

A Primeira República foi proclamada em 1889, a partir da qual ocorreram várias modificações no currículo do sistema escolar. Conforme Dourado e Damasceno¹¹ nesse momento foi reorganizada a instrução pública paraense “a fim de adequar a população ao novo regime e formar cidadãos republicanos”.

A consolidação do Museu Paraense, representando o mais importante lugar da História Natural é um atestado significativo do empenho das elites intelectuais e políticas locais em favor desse campo do conhecimento. Conforme Sanjad¹², o decreto de 1890, que criou a Direção Superior Geral de Instrução Pública, responsável por fiscalizar e superintender os estabelecimentos de instrução pública, incluiu o Museu Paraense, que, assim, além de se consolidar como a principal instituição de História Natural da Estado do Pará, era classificado, como instituição dedicada a educação.

Antes de analisarmos o Museu Paraense, na fase inicial da República, quando se consolidou, convém assinalar que esta instituição foi criada anteriormente. Domingos Soares Ferreira Penna, Secretário da Presidência da então Província do Pará, o principal articulador desse projeto, em 1866, reuniu-se com outros componentes das elites locais com o intuito de criar um “museu de História natural e artefatos

¹¹ Viviane Dourado, Alberto Damasceno, “A organização da instrução pública no início da primeira república no Pará (1890-1896)”, *Educação em Foco* 46 (2022): 92, <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/download/6553/4204#:~:text=O%20In%C3%ADcio%20da%20Rep%C3%ABlica%20no,regime%20e%20formar%20cidad%C3%A3os%20republicanos> (acessado em 17 de fevereiro de 2023).

¹² Nelson Sanjad, *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*, (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010), 151.

indígenas”, que devia também incluir a instrução popular, entre suas atividades, promovendo “lições de história natural, mas também de história e geografia entre outros conhecimentos, conforme assinalam Crispino, Batos e Toledo¹³.

Apesar do empenho de Ferreira Penna na criação e funcionamento do Museu Paraense, esta instituição só encontrou condições mais favoráveis para se consolidar, a partir da proclamação da República. Nesse momento, José Veríssimo Dias de Matos foi nomeado para a Direção Superior Geral de Instrução Pública, que assim, passou a ser dirigida por um dos mais destacados intelectuais da época no campo das ciências e da educação.

Veríssimo nasceu em Óbidos, no Pará e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde realizou estudos na Escola Central, cuja prioridade era o ensino das ciências. Depois retornou ao Pará e dedicou-se a atividades profissionais que lhe deram reconhecimento como um intelectual voltado para escritos sobre literatura, educação e ciência. Embora tenha se destacado mais na crítica literária, também publicou textos pedagógicos como o livro *A Educação Nacional*, um dos mais importantes da época¹⁴. Nas declarações de Vilhena Alves¹⁵, um de seus contemporâneos, há o relato de que Veríssimo era “incontestavelmente um dos mais robustos talentos” da sua geração. “Não somente ótimo literato, mas também, homem de ciência e, em geral, profundo em todas as matérias em que emprega sua potente mentalidade”.

Em discurso pronunciado no ano de 1891, na ocasião da inauguração do Museu restaurado, o então Diretor de Instrução Pública, José Veríssimo¹⁶, refere-se a este estabelecimento não somente como uma instituição “que recolha, guarde, conserve e exponha à atenção e ao estudo dos naturais e dos forasteiros as incalculáveis riquezas que em os três reinos da natureza ela possui”, mas também “como um elemento de instrução popular”, considerando-o “uma eloquente, instrutiva e interessante, para falar a linguagem pedagógica, lição de coisas”. Veríssimo acreditava que não bastava produzir borracha, era preciso investir em instituições que privilegiassem a educação e a ciência, como o Museu, que “instalado, arranjado, cumpre organizá-lo com sistema, com método, com ciência, sem o que, por mais belo que seja à vista, fica inútil para a inteligência”. E conclui afirmando: “Hoje, reabre-se uma boa escola”¹⁷.

¹³ Luis C. B. Crispino, Vera B. Bastos, Peter M. Toledo. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*, (Belém: Paka-Tatu, 2006), 45.

¹⁴ José J. A. Alves, Jônatas B. Barros, *Constituição cultural de um intelectual: José Veríssimo, da formação às primeiras páginas*, In. *Itinerários intelectuais: entre o ser e o estar*, org. Iran A. Mendes, Miguel Chaquiam, Maria L. Rocha. (São Paulo: Editora Livraria da Física, 2022), 150.

¹⁵ Vilhena Alves, “Notas ao artigo – Santa Helena Magno”. *Folha do Norte*, 7 de maio de 1896, 1.

¹⁶ José Veríssimo, “Discurso pronunciado por José Veríssimo, diretor geral de instrução pública, perante o governador do Estado, Capitão-Tenente Bacellar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o Museu, restaurado em 13 de maio de 1891”. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* 1 (1894): 6-7.

¹⁷ *Ibid.*, 6-7

Lauro Sodré assumiu o governo em 1891, ocasião em que atividades do Museu voltadas para a História Natural foram ainda mais incentivadas. Neste momento as portas do Museu foram reabertas à população, com o propósito de despertar o interesse por esse campo do conhecimento. Conforme os registros, nesse ano, de 1891, em 13 de maio, quando foi reaberto para visitação, até junho, foi frequentado por mais de 1500 visitantes, a seguir, só em dezembro este número chegou a 1850¹⁸.

Como vimos, as mudanças referentes a instrução pública, reorganizaram o Museu Paraense, acentuando sua representação como uma instituição de importância por se dedicar, sobretudo, ao campo da História Natural. Este lugar de destaque do Museu na cultura local contou com a atuação de políticos que eram, ao mesmo tempo, intelectuais, como: José Veríssimo e Lauro Sodré. Embora, se trate de uma instituição que incluía propostas de ensino, trata-se de um Museu e não de escolas formais. Resta indagar sobre as implicações das reformas de ensino republicanas nessas escolas, sobretudo, no que se refere a História Natural.

A HISTÓRIA NATURAL NA ESCOLA NORMAL DO PARÁ NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Em 1890, houve a inserção de duas matérias de ensino no currículo destinado à formação de professores primários nas Escolas Normais, com denominações de “Noções de Mineralogia e Geologia” e “Biologia vegetal e animal”, conforme o documento Atos do Poder Executivo de 1890, que mostra a Portaria que instituiu essa inserção (Fig. 1). Antes do início da República, não havia na instrução pública paraense, uma matéria representativa da História Natural, embora tenha havido uma tentativa de inserção desta cadeira no currículo do Curso Normal, que foi criado e anexado ao Liceu Paraense no ano de 1873, mas que não se concretizou sendo retirado na reforma seguinte, ocorrida em 1874¹⁹. Somente a partir da inserção ocorrida em 1890, é que este campo do conhecimento passou a constar no currículo, reunindo requisitos que o qualificavam como matéria de ensino.

¹⁸ Crispino, 138-139.

¹⁹ Lima, “Trajetória inicial”.

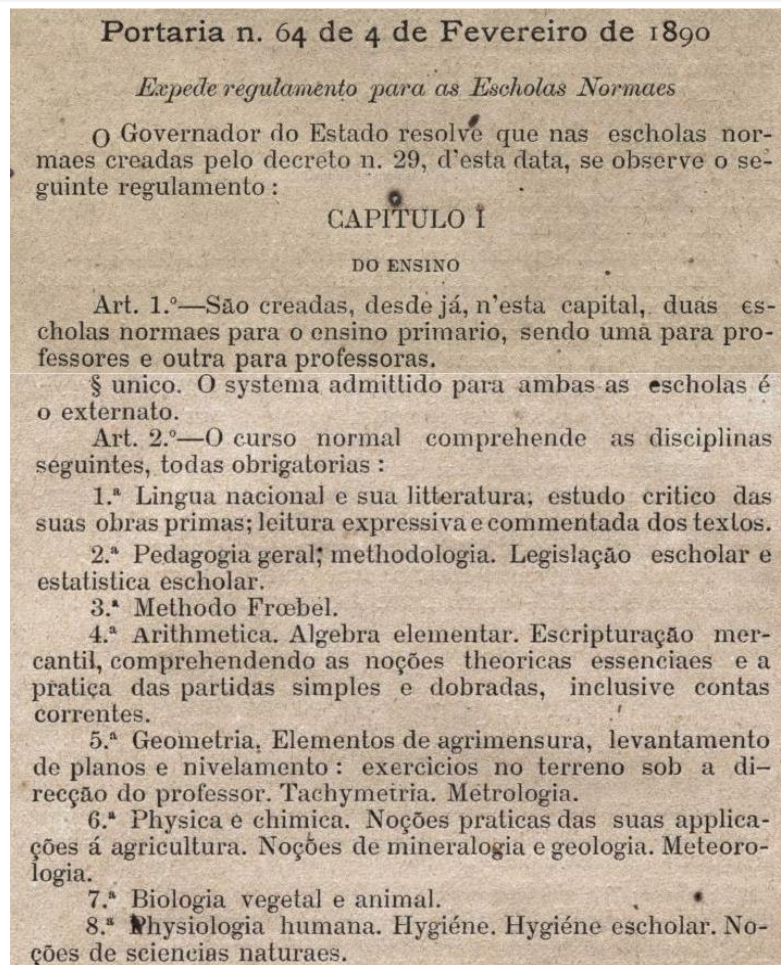


Figura 1: Recortes do documento Atos do Poder Executivo do Pará de 1890.²⁰

Conforme podemos observar, na Figura 1, que mostra o currículo das escolas normais, em 1890, não há a presença de uma cadeira nem matéria de ensino denominada História Natural, embora as matérias que foram acrescentadas na ocasião, tenham grande relação com a História Natural, por englobar conhecimentos que sabidamente fazem parte do mesmo campo, como a “Biologia vegetal e animal”, à qual estão associadas a Botânica e a Zoologia. Além da cadeira que unia Botânica e Zoologia (Biologia vegetal e animal), houve ainda a criação da matéria denominada “Noções de Mineralogia e Geologia”, que juntamente com as duas primeiras compõem a História Natural²¹. O documento sugere ainda que havia uma disparidade na concepção de História Natural por parte dos governantes, tendo em vista que foi criada uma disciplina denominada Biologia vegetal e animal, mas a História Natural não foi nem sequer mencionada.

²⁰ Pará, “Portaria nº 64 de 4 de fevereiro de 1890: expede regulamento para as Escolas Normais”, (*Actos e Decisões do Governo do Pará, 1890*), 16-41 <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/actosdecisoespaa18901893/16/> (acessado em 21 de fevereiro de 2022).

²¹ Conforme a afirmação do Dr. Lino, publicada no jornal na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro: a história natural “abrange três grandes ramos, designados com os nomes de zoologia, ou ciência que estuda os animais; botânica, ciência que trata dos vegetais; e mineralogia que se ocupa dos minerais”. Lino, Dr. “Introdução ao estudo das ciências físicas”, *Jornal Minerva Brasiliense* 1, 15 de novembro de 1843, [Ciencias].

O regulamento criado pela Portaria 64, de 4 de fevereiro de 1890, previa a criação de “duas escolas normais para o ensino primário, sendo uma para professores e outra para professoras”, conforme podemos notar no recorte do documento na Figura anterior. Essa organização, na prática, se configuraria como dois cursos, um para formar professores primários e outro para formar professoras primárias, ocupando espaços de duas instituições diferentes – no caso do público masculino, funcionaria no Liceu Paraense, enquanto que o curso para o público feminino funcionaria no Colégio Nossa Senhora do Amparo, como já havia sido previsto antes, no final de 1872²². No entanto, essa configuração das escolas normais divididas em masculina e feminina foi criticada por José Veríssimo, que enquanto diretor-geral da Instrução Pública, propôs uma reforma apresentando três mudanças que considerava importantes a serem implementadas: a primeira refere-se à união das escolas normais existentes em uma só instituição, a segunda diz respeito à modificação no plano de estudos e a terceira à redução das atividades escolares a uma única sessão diária²³.

José Verissimo também criticou a distribuição das ciências físicas e naturais, que tomam no regulamento da Escola Normal três cadeiras e sugeriu que estas poderiam ser reduzidas a duas: Física, Química e História Natural (botânica, zoologia, mineralogia e geologia), Anatomia, Fisiologia Humana, Biologia geral, Higiene e Higiene escolar. Na descrição das cadeiras apresentadas por Veríssimo, é possível identificar quais os saberes que ele assinala como sendo os constituintes da História Natural, ou seja, Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia.

As ciências físicas e naturais tomam no Regulamento três cadeiras, que seriam, sem inconveniente, reduzidas, quando muito a duas, quer permaneçam as duas escolas, quer sejam incorporadas em uma. Essas duas cadeiras seriam: a) Física, Química e História Natural (botânica, zoologia e mineralogia e geologia); b) Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia geral, Higiene e Higiene escolar²⁴.

No entanto, mais adiante no mesmo documento, ao falar sobre não haver lógica na disposição das matérias no regulamento, Veríssimo se refere as ciências naturais, afirmando que, assim como “para o estudo da Fisiologia exige o da Anatomia”, que não constava no programa, o estudo da “Biologia animal e vegetal, requer o das ciências naturais, Botânica e Zoologia”²⁵.

²² Jônatas B. Barros, “A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino”, (tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, 2016).

²³ José Veríssimo, *A Instrução Pública do Estado do Pará em 1890: relatório apresentado ao Exmo. sr. Dr. Justo Leite Chermont, Governador do Estado*. (Belém: Tipografia Tavares Cardoso & Comp. 1890), 122, <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/relatorios/ainstrucacaopublica1890/> (acessado em 13 de março de 2022).

²⁴ *Ibid.*, 121.

²⁵ *Ibid.*, 121.

Mas, o que representam essas matérias? Será que elas tratam dos mesmos conhecimentos? Qual a relação entre elas, principalmente entre Biologia e História Natural?

A História Natural e a Biologia

Para responder a essas questões, buscamos discursos da época que tratam desses conhecimentos no intuito de sabermos como estas nomenclaturas aparecem, de que forma foram representadas e são definidas. Para isso, recorreremos a alguns escritos da época, tanto sobre História Natural quanto sobre Biologia.

Em 1888, João Saraiva, que fundou e dirigiu, em Belém, o Colégio Franco Brasileiro, no qual também atuou como professor de português e história, escreveu um artigo no qual menciona a História Natural, artigo este intitulado – “Instrução popular: educação moderna” - publicado no periódico *Jornal das Novidades*, Saraiva²⁶ afirma que a História Natural correspondia às ciências de classificação. Ele chama atenção para os princípios da educação moderna, que, “sendo correntes no mundo científico” deveriam reformar radicalmente a “arqueológica instrução da província”. Dentre estes princípios “aparecem as ciências experimentais, Física, Química e as Ciências de classificação ou História Natural, compreendendo a Mineralogia, a Botânica e a Zoologia”²⁷.

O botânico francês Paul Vuillemin²⁸, em um artigo intitulado - A vida e a Planta - publicado na seção de Biologia Vegetal do periódico fluminense *Jornal do Agricultor*, em 1891, escreveu sobre Biologia e História Natural. Ao se referir à noção de vida, objeto de estudo da Biologia, o autor expressa a dificuldade de uma definição de vida e estabelece diferenças entre o objeto de estudo da Biologia e o método da História Natural. Paul Vuillemin²⁹ explica que:

*A noção de vida é mais clara no espírito de qualquer ser pensante do que seria sua definição. A essência da vida escapa-nos, mas podemos analisar as condições, as manifestações, a modalidade. O método da história natural é inteiramente objetivo: registra os fatos, provoca a aparição em determinadas circunstâncias, constata a ligação, determina a causa próxima*³⁰.

Vuillemin afirmava que o papel do naturalista seria estudar “as condições materiais da vida” e que “todas as qualidades que escapam a este método”, o da História Natural, “chamam-se propriedades vitais”,

²⁶ João Saraiva, “Instrução Popular: educação moderna”. *Jornal das Novidades*, 21 de junho de 1888, 3.

²⁷ Ibid.

²⁸ Paul Vuillemin (1861-1932): *œuvres* https://data.bnf.fr/10665314/paul_vuillemin/ (acessado em 19 de fevereiro de 2023).

²⁹ Paul Vuillemin, “A Vida e a Planta”. *Jornal do Agricultor*, 7 de fevereiro de 1891, [Biologia Vegetal].

³⁰ Ibid., 89.

mas que em história natural, a vida, “não passa de uma palavra que quer dizer ignorância, e quando qualificamos de vital um fenômeno qualquer, equivale a dizer que é um fenômeno cuja causa próxima ou condições ignoramos”³¹.

Segundo Vuillemin “o fim da ciência biológica é restringir os limites desse ignoto que se chama a vida e dilatar à sua custa o domínio dos fatos positivos que dimanam do método da história natural”³².

As descrições citadas anteriormente servem como um indicativo do que, na época, alguns autores entendiam como os objetos de conhecimento referente à História Natural e à Biologia, além de suas delimitações.

A reunificação das escolas normais e a representação da História Natural no currículo

Em julho de 1890, as proposições de mudanças apresentadas por Veríssimo foram implementadas e as matérias são apresentadas na Figura a seguir, na qual podemos notar a presença da cadeira intitulada Física, Química e Ciências Naturais (noções de zoologia, botânica, geologia e mineralogia).

³¹ Ibid.

³² Ibid., 89-90.

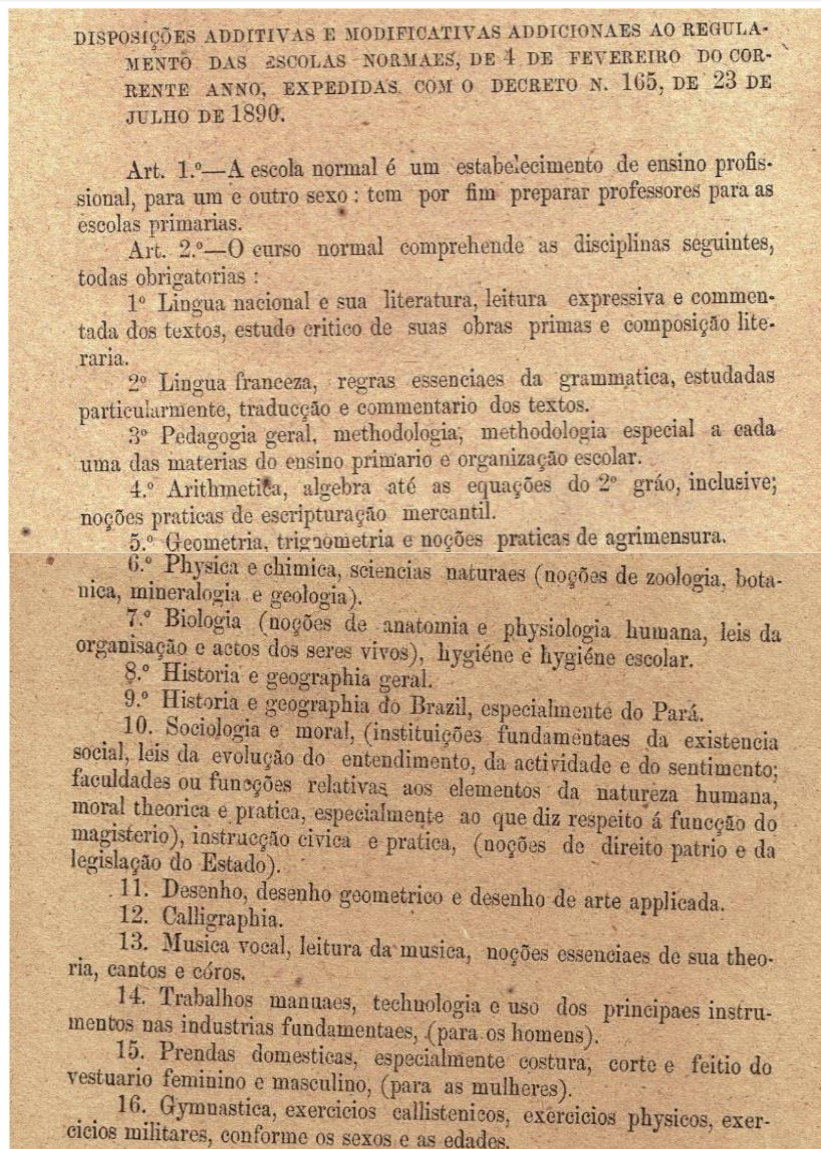


Figura 2 – Recortes das disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais de 1890.³³

Como vimos anteriormente, a Portaria 64, de 4 de fevereiro de 1890, criou duas escolas normais: uma para homens e outra para mulheres. Depois da crítica de Veríssimo³⁴, o novo regulamento apresentado na imagem acima previu a reunificação das escolas normais, masculina e feminina em uma só, além da reorganização das matérias de ensino, por ele assinaladas como científicas, que inicialmente estavam espalhadas em três cadeiras, passando, posteriormente, a somente duas, a partir da mudança ocorrida em julho de 1890, apontadas na figura acima. Com isso, a cadeira que antes se apresentava apenas com a denominação de “Biologia vegetal e animal”, passou a se chamar Biologia e englobar a “Anatomia, Fisiologia

³³ Pará. Disposições aditivas e modificativas adicionais ao regulamento das Escolas Normais de 4 de fevereiro do corrente anno, expedidas com o Decreto nº 165 de 23 de julho de 1890.

³⁴ Verissimo, “A instrução”, 121.

humana”. A História Natural, por sua vez, que antes estava representada em parte com “Noções de mineralogia e geologia”, a partir desta mudança, esses dois ramos passaram a compor as descrições de uma matéria de ensino denominada “Ciências Naturais (noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia)”.

É importante ressaltar que há uma discrepância entre o que foi proposto por Veríssimo e o que aparece no documento. Veríssimo propôs a criação de duas cadeiras, que seriam: 1) “Física, Química e **História Natural** (botânica, zoologia e mineralogia e geologia)” e 2) “Anatomia e Fisiologia Humana, Biologia geral, Higiene e Higiene escolar”. No entanto, no documento acima há uma diferença em relação as denominações História Natural, que mudou para Ciências Naturais, mantendo as mesmas descrições de seus componentes que ele havia antecipado.

Outro momento que denota mudança em relação às disciplinas do campo da História Natural é percebido a partir de 1891. Segundo França, Santos e Lopes³⁵, em 24 de setembro de 1891, foi expedido pelo Governador Lauro Sodré, um novo Regulamento para a Escola Normal, mantendo a maioria das disciplinas do Regulamento anterior de 1890. Não constavam mais no programa de ensino das disciplinas “Sociologia e Moral”, “Biologia” e “Trabalhos Manuais”.

Houve também mudanças em relação às disciplinas científicas, onde aparece a cadeira denominada “História Natural: Mineralogia, Botânica e Zoologia”, conforme podemos ver na Figura que segue.

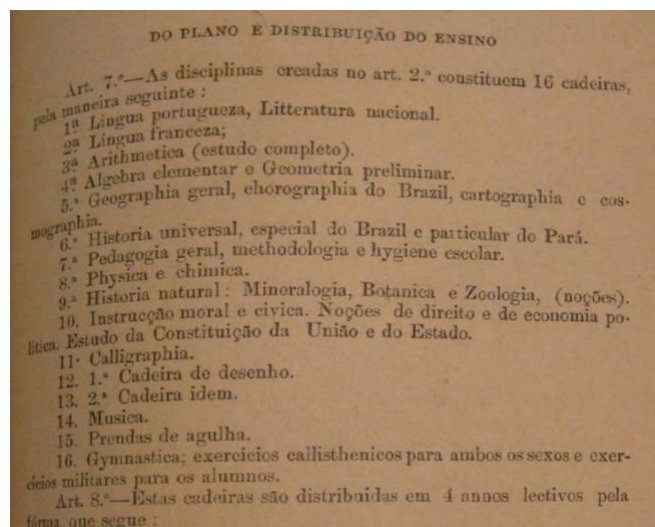


Figura 3 – Plano e distribuição das matérias de ensino da Escola Normal em 1891.³⁶

Conforme vimos neste item, as reformas propostas em 1890 para a Escola Normal foram realizadas e dentre as alterações, as ciências físicas e naturais, que no primeiro regulamento daquele ano

³⁵ França, 137.

³⁶ Pará. Decreto nº 409 de 24 de setembro de 1891: reforma o Regulamento da Escola Normal de 1891. Decretos e decisões de 1903. (Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1906).

ocupavam três cadeiras, foram reduzidas a duas: a cadeira de “Física e Química”, e a cadeira de “História Natural: Mineralogia, Botânica e Zoologia (noções)”.

A HISTÓRIA NATURAL NO LICEU PARAENSE NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

No início da República, nas cadeiras do Liceu Paraense não aparece uma disciplina denominada História Natural. Uma modificação acentuada, introduz no currículo outras cadeiras, tais como: a de “Física e Meteorologia”, a de “Química mineral e Mineralogia” e a de “Geologia, Zoologia, Botânica e Biologia”. Conforme podemos ver, posteriormente, na Figura 5, elas são constituídas por disciplinas como “Zoologia, Geologia, Botânica e Mineralogia”, que faziam parte da História Natural, pelo menos no que se refere as denominações, além da disciplina Biologia. Isso vai mudar o panorama anterior no que se refere a História Natural, como constataremos a seguir.

O Liceu Paraense (atual Colégio Estadual Paes de Carvalho) foi criado em 1841, como uma instituição destinada a proporcionar instrução secundária na província do Pará. Posteriormente, em 1851, foi inserida a cadeira “Elementos de Física e Química e Princípios gerais de Botânica”, ficando somente até 1853. Após esse período, a História Natural foi inserida na cadeira “Noções de Física, Química, História Natural e de Agricultura”, no Curso Normal criado e anexado ao Liceu Paraense, em 1873, o qual foi excluído em 1874^{37 38}.

Após esse período, ela esteve ausente do currículo escolar paraense até a década de 1890. Em julho desse ano houve a publicação de um Regulamento ao Liceu Paraense, dando-lhe nova organização de acordo com os princípios pedagógicos modernos, com a finalidade de dar cultura geral à mocidade e formar candidatos a matrícula dos cursos superiores da República. Conforme podemos ver, na Figura abaixo, relativa a este Regulamento, não há menção às matérias de ensino, havendo apenas a afirmação de que o ensino compreendia, “além de todas as matérias exigidas para a matrícula nos estabelecimentos de instrução superior, um curso comercial.”³⁹

³⁷ Barros, “A introdução das Ciências”, 59.

³⁸ Lima, *Trajetória inicial*.

³⁹ Governo do Estado do Pará, *Decreto n. 162 de 12 de julho de 1890: dá Regulamento ao Lyceu Paraense*, (Belém: [S.n], 1890), 187, <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/Actos-do-governo-Provisorio-do-Estado-do-P%C3%A1ra/186/> (acessado em 6 de dezembro de 2022).

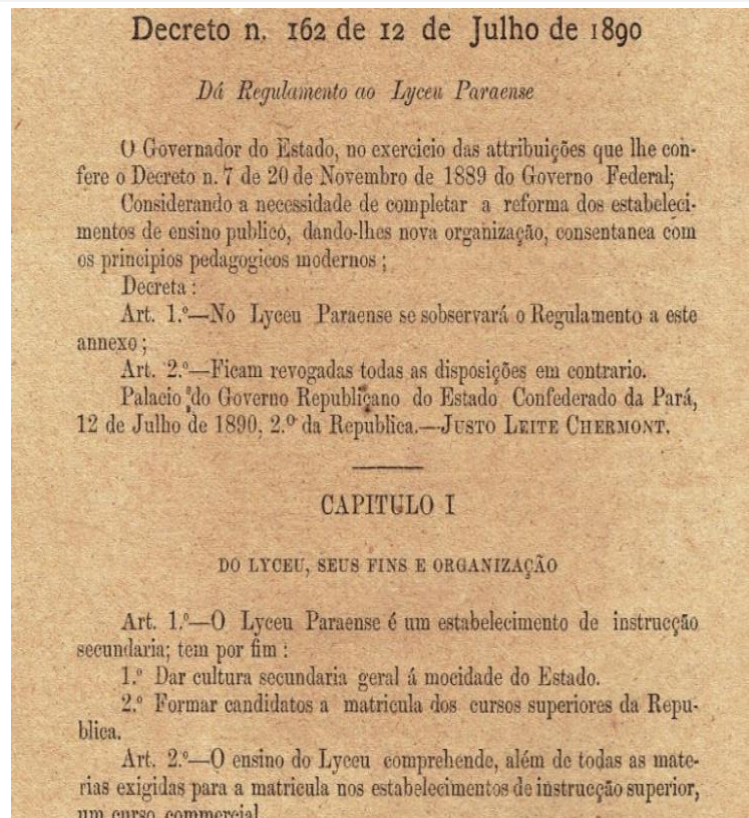


Figura 4: Recorte do Regulamento ao Liceu Paraense de 1890.⁴⁰

Neste Regulamento não houve a delimitação das matérias que seriam ensinadas no Liceu Paraense, tendo apenas a indicação de que o ensino do Liceu compreenderia todas as matérias exigidas para a matrícula nos estabelecimentos de instrução superior e, ainda, um curso comercial, sendo que somente para este havia um programa de ensino.

No entanto, este decreto não foi duradouro, pois novembro desse mesmo ano houve uma reforma da instrução primária e secundária no Distrito Federal que, conforme Vecchia⁴¹, passaria a obrigar os liceus a seguirem o estabelecido para o Ginásio Nacional, uma espécie de instituição modelo às demais do país, instituindo os exames de madureza e regulando o processo de ingresso aos cursos superiores na República.

Em fevereiro de 1891, o governo federal baixou um novo decreto, declarando válidos para a matrícula dos cursos do ensino superior, os exames dos cursos oficiais do ensino secundário nos Estados que se regulassem pelo Ginásio Nacional. No intuito de facultar ao Liceu a concessão do governo central, o governador Lauro Sodré regulamentou este ensino pelos decretos descritos a seguir.

Em outubro de 1891, a Revista de Educação e Ensino publicou em suas páginas um artigo em que afirmava ter sido aprovado um projeto de reorganização do Liceu Paraense, cujo plano proposto previa

⁴⁰ Ibid., 187-188

⁴¹ Ariclê Vecchia, "O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites", in. *Histórias e Memórias da educação no Brasil, vol. II: século XIX.*, org. Maria Stephanou, Maria H. C. Bastos (Petrópolis: Vozes, 2005), 87-89.

seguir o mesmo do Ginásio Nacional, da capital da União. Afirmava, ainda, que esta alteração se dava por motivo de o governo federal ter extinguido as delegacias gerais de preparatórios nos estados e promoveu uma mudança que previa a aceitação para as matrículas nas academias da República, os exames feitos em estabelecimentos públicos de instrução secundária, que estivessem conectados segundo o programa letivo do referido Ginásio.

Com isso, houve a mudança que pretendia adequar o currículo do Liceu Paraense ao do Ginásio Nacional, prevendo a inserção das disciplinas, tais como: Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia, assim como a de Biologia no currículo do Liceu, conforme apresentação do programa na Figura seguinte.

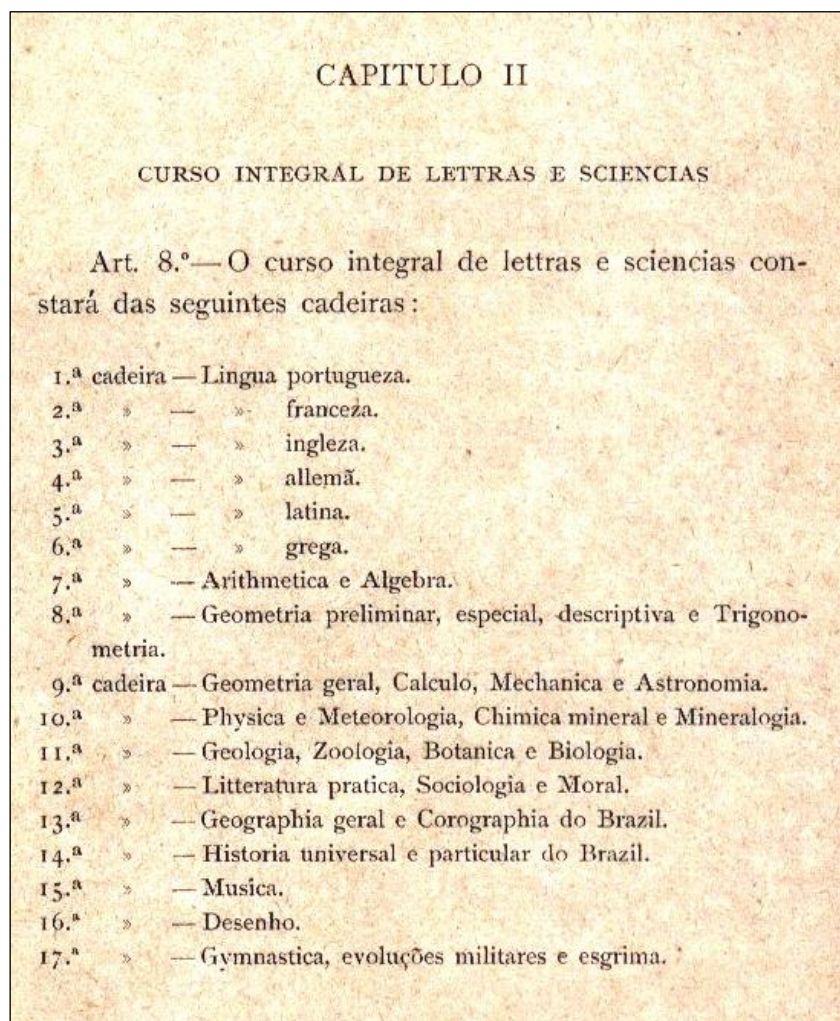


Figura 5: Recorte do currículo do Curso Integral de Letras e Ciências do Liceu Paraense em 1891.⁴²

Conforme a revista, a disciplina Biologia ficaria dividida em dois períodos, sendo reservado 6 horas de estudo por semana: uma, intitulado Noções de Zoologia e Botânica (estudo concreto), e outra

⁴² Revista de Educação e Ensino, "Liceu Paraense: curso integral de Letras e Ciências", (Pará-Brasil, 1891) 140.

denominada Biologia, cadeiras a serem ministradas no sexto ano do curso. Quanto as disciplinas Mineralogia e Geologia, estas seriam distribuídas do quinto ao sétimo ano do curso, associados à cadeira de física e química.⁴³

A revista apresentava justificativas para as mudanças que haviam sido realizadas no currículo do Liceu Paraense, afirmando ter conservado “o plano do Ginásio Nacional, não só quanto à parte numérica das disciplinas, como também quanto à integridade letiva das mesmas, buscamos adequá-lo melhor ao nosso meio”. Assim, a organização das matérias havia sofrido algumas adequações ao contexto local, distribuindo “as matérias: Meteorologia, Mineralogia e Geologia (confiadas no Ginásio a um lente), esta última à cadeira de História Natural e as primeiras a de Física e Química, pela íntima conexão que tais ciências entre si mantem.”⁴⁴

Após a publicação da referida revista, houve a aprovação de mais um decreto em 28 de outubro de 1891, o qual deu novo Regulamento ao Liceu Paraense. Este decreto previa que o Governador pudesse “fazer as modificações precisas para acomodá-lo ao regulamento do Ginásio Nacional”, a fim de que este estabelecimento pudesse “gozar de vantagens garantidas pelo decreto n. 1389, de 21 de fevereiro de 1891, do Governo Federal”⁴⁵. Entretanto, até o fechamento deste artigo não tivemos acesso a esta documentação para saber se houve alguma mudança em relação ao nosso objeto de estudo, a História Natural, o que não desqualifica a pesquisa, mas sim, abre possibilidade para futuras investigações na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos notar, as reformas propostas em 1890 para a instrução pública do Pará foram realizadas, dentre as alterações, as ciências físicas e naturais, passaram a fazer parte tanto do currículo do Liceu Paraense quanto da Escola Normal.

A partir de 1890, a principal novidade em relação às ciências, além do retorno da História Natural, é a presença da Biologia como uma das disciplinas a serem ministradas, em ambos os currículos - Escola Normal e Liceu Paraense. O final do século XIX é apontado como um momento de transformações em que as ciências naturais passavam por uma política de especialização e valorização extraordinárias, estando a biologia no centro, como modelo de análise, a partir da teoria da evolução. “Esse é o momento em que se desmembram as então denominadas ciências naturais (geologia, botânica e zoologia), assim como surgem

⁴³ Ibid., 141.

⁴⁴ Ibid., 142.

⁴⁵ Pará, “Lei n. 63 de 30 de agosto de 1892, aprova o decreto n. 417 de 28 de outubro de 1891, que dá novo regulamento ao Liceu Paraense”, *Coleção de Leis do Estado do Pará, referente a 1892* (Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1892), 68.

novos ramos do conhecimento, profundamente vinculados às novas investidas científicas”⁴⁶. (Schwarcz, 2014, p. 40).

A inserção de disciplinas do campo da História Natural, ou com essa denominação, no sistema escolar paraense, nesse período inicial da República, fez parte de transformações mais amplas no âmbito nacional. Nesse sentido, buscou-se meios de adequar a instrução pública do Estado do Pará ao cenário de mudanças trazidas por esse regime de governo.

As reformas que introduziram a História Natural no currículo do sistema escolar paraense contaram com a participação de importantes agentes intelectuais e políticos da elite local, que entre as suas prioridades estavam o fortalecimento das instituições educacionais, tais como, a Escola Normal e o Liceu Paraense e, ainda, das instituições científicas, como o Museu Paraense. Esta instituição, passou por um processo de reforma no início do período republicano, que inaugurou uma nova fase em sua existência, do ponto de vista das atividades científicas, se tornando a mais importante instituição no campo da História Natural, na época. Embora não se trate de uma instituição de educação formal, como as escolas, ela também incluía propostas de ensino através do método intuitivo, no qual as coisas ou objetos da natureza ficavam expostas para observação dos visitantes, que incluíam estudantes das escolas locais. Propostas que se acentuaram com o advento da República.

SOBRE O AUTOR:

Marcelino Carmo de Lima
marcelinolima.msc@gmail.com
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2024
Aceito para publicação em 08 de dezembro de 2024



Todo conteúdo desta revista está licenciado em Creative Commons CC By 4.0.

⁴⁶ Lília M. Schwarcz, “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.” (1993, reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2014), 40.